



Requerimento para mudança de dados do titular de licença ambiental

1) Objeto do requerimento:

- ☒ Atualização de razão social de um ou mais responsável da licença;
- ☐ Compartilhamento de responsabilidade da licença ambiental e suas obrigações;
- ☒ Transferência de responsabilidade da licença ambiental e suas obrigações;
- ☐ Transferência + compartilhamento de responsabilidade da licença ambiental e suas obrigações;

2) Para alteração da titularidade do detentor da licença ambiental, por compartilhamento e/ou transferência, informar

Número da solicitação no Sistema de Licenciamento Ambiental (SLA) ou Número do Processo Administrativo (Sistema de Requerimento ou SIAM – processo físico/híbrido):

Número do certificado de licença: 3654/2022

Nome do Empreendimento caracterizado na licença: **Posto TJ Ltda** (Nome Comercial Atual : **Rede ED + Ltda**) CNPJ:40.416.735/0001-15

Informações do(s) transmissor(es)

Item	Nome/Razão social	CPF/CNPJ	Denominação da parcela individualizável transferida do empreendimento, quando houver, ou do empreendimento em caso de transferência integral do objeto da licença
1	Rede Posto ED + Ltda (Antiga Razão Comercial: Posto TJ Ltda)	40.416.735/0001-15	100%
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			



Informações do(s) receptor(es)

Item	Nome/Razão social	CPF/CNPJ	Denominação da parcela individualizável transferida do empreendimento, quando houver, ou do empreendimento em caso de transferência integral do objeto da licença
1	Rede ED+ Martins Ltda Av. Vasconcelos Costa nº 1215 Osvaldo Rezende – Uberlândia- MG	59.106.901/0001-05	100%
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			

Justificativa para o requerimento: _____

ATENÇÃO: Caso já exista requerimento de transferência ou compartilhamento para a mesma licença ambiental, o interessado deve sempre reabrir o mesmo processo SEI de forma que toda a documentação esteja disponível para consulta do histórico de alteração.

Anexo a este formulário, deverá ser apresentado:

- 1) Termo de Responsabilidade de que o projeto licenciado não foi alterado sem prévia aprovação do órgão ambiental;
- 2) Comprovante de pagamento de Taxa de Expediente, conforme Lei nº 22.796, de 28 de dezembro de 2017, para emissão de 2ª via de certificado, recolhida por meio de Documento de Arrecadação Estadual – DAE –, disponível no endereço <http://daeonline1.fazenda.mg.gov.br/daeonline/executeReceitaOrgaosEstaduais.action>;
- 3) Documento de Arrecadação Estadual – DAE – contendo as informações: Órgão Público: Secretaria Estado Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Serviço do Órgão Público: Segunda via de certificado; Informações complementares: Número da solicitação SLA (INSERIR NÚMERO COMPLETO DA SOLICITAÇÃO QUANDO INTRUÍDO NO SLA); Número do processo administrativo vinculado à licença ambiental (INSERIR



NÚMERO DO PROCESSO); Transferência/compartilhamento de responsabilidade de licença ambiental ou atualização de razão social;

- 4) Documento comprobatório da nova condição de titularidade (contrato de compra e venda, contrato de arrendamento, contrato de aluguel, etc.), em caso de transferência;
- 5) Contrato Social do(s) novo(s) titular(es) da licença (pessoa jurídica) ou documentos de identificação pessoal (pessoa física);
- 6) Procuração ou documento equivalente, acompanhado do documento de identificação do requerente (representante do empreendedor), quando o requerimento for realizado por empregado ou consultor das partes envolvidas (atual ou novo titular da licença ambiental), e;
- 7) *Termo de compartilhamento e/ou transferência de responsabilidades advindas da licença*, contemplando localização e limites de atuação por CPF/CNPJ (informação geoespacial), denominação da parcela do empreendimento vinculada a cada pessoa física ou jurídica, bem como as obrigações, atividades, parâmetros e condicionantes atribuídas para cada CPF/CNPJ, conforme modelo disponibilizado no site da Semad;

3) Para atualização da razão social referenciada no Certificado de licença ambiental, informar:

Número da solicitação no Sistema de Licenciamento Ambiental (SLA) ou Número do Processo Administrativo (Sistema de Requerimento ou SIAM – processo físico/híbrido):

Número do certificado de licença: **3654/2022- LAS CADASTRO** _____

Nome do Empreendimento caracterizado na licença: **Posto TJ Ltda** _____

Item	Razão social referenciada no certificado de licença ambiental	CPF/CNPJ	Nova identificação da razão social
1	Posto TJ Ltda (Rede Posto Ed + Ltda) Av. Vasconcelos Costa nº1215-Bairro:Osvaldo Resende - Uberlândia - MG	40.416.735/0001-15	Rede ED+ Martins Ltda CNPJ:59.106.901/0001-05 Av Vasconcelos Costa Nº 1215- B. Osvaldo Rezende - Uberlândia -MG
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			



Anexo a este formulário, deverá ser apresentado:

- 1) Comprovante de pagamento de Taxa de Expediente, conforme Lei nº 22.796, de 28 de dezembro de 2017, para emissão de 2ª via de certificado, recolhida por meio de Documento de Arrecadação Estadual – DAE –, disponível no endereço <http://daeonline1.fazenda.mg.gov.br/daeonline/executeReceitaOrgaosEstaduais.action>;
- 2) Documento de Arrecadação Estadual – DAE – contendo as informações: *Órgão Público: Secretaria Estado Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Serviço do Órgão Público: Segunda via de certificado; Informações complementares: Número da solicitação SLA (INSERIR NÚMERO COMPLETO DA SOLICITAÇÃO QUANDO INTRUÍDO NO SLA); Número do processo administrativo vinculado à licença ambiental (INSERIR NÚMERO DO PROCESSO); Transferência/compartilhamento de responsabilidade de licença ambiental ou atualização de razão social;*
- 3) Procuração ou documento equivalente, acompanhado do documento de identificação do requerente (representante do empreendedor), quando o requerimento for realizado por empregado ou consultor das partes envolvidas (atual ou novo titular da licença ambiental), e;
- 4) Contrato social referente à alteração (atualizado), para processos não formalizados no Sistema de Licenciamento Ambiental - SLA. Caso o requerimento esteja vinculado à licença emitida no SLA, o interessado deverá anexar a atualização já no Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas (CADU), do Portal Ecossistemas, *não sendo necessário seu envio através do SEI.*

____Uberlândia____, 20 de Março de 2025____

(Local e data)

Assinatura do requerente

Transferência de Responsabilidade de Licença Ambiental

À

FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE (COPAM / TRIÂNGULO)

Sr. Bruno Neto de Avila.

DD: Superintendente/Coordenadora do NARC / COPAM

Praça Tubal Vilela nº 03 Bairro: Centro

CEP:38400-186 – UBERLANDIA – MG

1 – Introdução.

Transferência de Licença Ambiental Responsável pelo Uso.

2 - Objetivo.

Transferência de titularidade ambiental de **Rede Posto Ed + Ltda** , CNPJ: 40.416.735/0001-15 (Antigo nome Comercial na Licença Posto TJ Ltda) Certificado LAS CADASTRO Nº 3654/2022, para sucessor **Rede ED+ Martins Ltda** – CNPJ: 59.106.901/0001-05.

- a. **Localização da licença a ser transferida:** Av. Vasconcelos Costa Nº 1215-
Bairro Osvaldo Rezende, Município de Uberlândia / MG - Cep: 38.400-450.
Coordenadas (Latitude -18.9155,) (Longitude -48.2878)



Imagem 01: Localização do empreendimento. Fonte: Google Earth Pro,.

- b. Arquivo em Shapefile(em anexo).
- c. A atividade a ser executada será a mesma na Licença Ambiental vigente no modelo LAS CADASTRO, Código F-06-01-7 – Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos de combustíveis de aviação (Parâmetro: Capacidade de armazenagem: 60m³) com critério locacional zero, enquadrada na DN Copam nº.217 de 2017.
- d. As condicionantes serão responsabilidade do novo empreendimento **Rede ED+ Martins Ltda**, que deverá manter atualizados os seguintes documentos: Teste de Estanqueidade, Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros e outros documentos pertinentes conforme legislação Federal, Estadual e Municipal para o funcionamento.
- e. Endereço para e-mail: dinizsolucoes@gmail.com; Consultoria Ambiental. Telefone para Contato: 34-99978-3373 (Eduardo Diniz) e Telefone da pessoa Jurídica sucessora 34-99184-0134 (Marcos Gomes da Silva Junior).
- f. A responsabilidade Jurídica da empresa sucessora é do sócio Marcos Gomes da Silva Junior CPF: 093.408.536-60, sendo o Sócio Administrador Conforme Contrato Social em Anexo.
- g. Conforme Procuração em anexo, a pessoa Jurídica **Rede Posto ED+ Ltda** , passa ao empreendimento **Rede ED + Martins Ltda** , através do Sr. Marcos Gomes da Silva Junior CPF: 093.408.536-60 os direitos como procurador ao direito legal da licença originalmente vigente. O licenciamento foi realizado via Portal Ecossistemas, sendo realizado o Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas – Cadu.
- h. A licença ambiental transferida de responsabilidade não terá modificações ou ampliações.

- i. A licença ambiental quando do vencimento será executada pelo responsável legal, pessoa jurídica **Rede ED+ Martins Ltda** , conforme contrato social.
- j. O novo Titular da Licença será **Rede ED+ Martins Ltda, CNPJ 59.106.901/0001-05** com seu Sócio, Administrador e responsável legal Sr. Marcos Gomes da Silva Junior CPF: 093.408.536-60
- k. Não haverá compartilhamento de licença ambiental com outro responsável, a mesma será administrada por seu responsável legal conforme contrato social.

Uberlândia, Minas Gerais, 21 de março de 2025.

Rede Posto ED + Ltda CNPJ: 40.416.735/0001-15
Transmissor

Rede ED + Martins Ltda CNPJ:59.106.901/0001-05
Receptor

Ofício

À

FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE (COPAM / TRIÂNGULO)

Srta: Analista Jaqueline Ramos da Silva.

DD: Superintendente/Coordenadora do NARC / COPAM

Praça Tubal Vilela nº 03 Bairro: Centro

CEP:38400-186 – UBERLANDIA – MG

Assunto : Esclarecimentos ao email datado em 08/04/2025

Ofício -0001/2025

O nome comercial no contrato social foi alterado de **Posto TJ Ltda para REDE ED + LTDA**, sem alteração de CNPJ:40.416.735/0001-15 e agora a solicitação requerimento e de mudança do Nome Comercial e CNPJ 59.106.901/0001-05 para **Rede ED + Martins Ltda**, foi apresentada conforme recibo SEI contrato social em anexo., a alteração de dados do nome comercial doa= empreendimento o qual não foi alterado na Licença ambiental em vigência que está no nome antigo de TJ, mais pode se observar que o CNPJ e o mesmo impresso na licença vigente questionada.

Uberlândia, Minas Gerais, 09 de Abril de 2025.

Rede Posto ED + Ltda CNPJ: 40.416.735/0001-15 (Antigo Posto TJ Ltda)

Transmissor

Rede ED + Martins Ltda CNPJ:59.106.901/0001-05
Receptor

Usuário Externo (signatário): EDUARDO ANTONIO DINIZ
Data e Horário: 22/03/2025 17:34:27
Tipo de Peticionamento: Processo Novo
Número do Processo: 2090.01.0003321/2025-23
Interessados:
 EDUARDO ANTONIO DINIZ

Protocolos dos Documentos (Número SEI):

- Documento Principal:	
- Formulário de Protocolo	110006104
- Documentos Complementares:	
- Documento Requerimento Posto Ed Martins Ltda	110006105
- Documento Comprovante de Pagamento	110006106
- Documento DAE ON LINE	110006107
- Documento Contrato Mudança Nome Comercial	110006108
- Documento Contrato Rede ED + Martins	110006109
- Documento Cartao CNPJ	110006110
- Documento Contrato de Locação	110006161
- Documento Procuração entre empresas	110006162
- Documento Procurador	110006163
- Documento Empreendedor	110006164
- Documento Procuração	110006165
- Documento Termo de Responsabilidade	110006166
- Documento Termo de Compartilhamento Licenças	110006167
- Documento Licença a alterar	110006168
- Documento Arquivo Sheipe File IDE	110006169
- Documento AVCB ED MARTINS	110006170

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Fundação Estadual do Meio Ambiente.



Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/304.745-0	MGP2300476674	30/05/2023

CPF	Nome
084.089.016-80	NATHALIA SANTOS VITORINO
628.489.336-15	TULIO HUMBERTO GUIMARAES DE OLIVEIRA
059.729.176-45	TULIO HUMBERTO GUIMARAES DE OLIVEIRA JUNIOR

REDE POSTO ED + LTDA

As omissões e divergências oriundas ou apuradas durante a vigência do presente instrumento, deverão ser resolvidas por Juízo Arbitral e com aplicação da Legislação específica da matéria e vigente a época do evento.

Fica eleito o foro e comarca de Uberlândia-MG, para resolver quaisquer assuntos da sociedade.
E assim por estarem justos e contratados os sócios assinam o presente instrumento em via única na forma da lei.

NATHALIA SANTOS VITORINO

TULIO HUMBERTO GUIMARAES DE OLIVEIRA JUNIOR

TULIO HUMBERTO GUIMARAES DE OLIVEIRA





Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/304.745-0	MGP2300476674	30/05/2023

CPF	Nome
084.089.016-80	NATHALIA SANTOS VITORINO
628.489.336-15	TULIO HUMBERTO GUIMARAES DE OLIVEIRA
059.729.176-45	TULIO HUMBERTO GUIMARAES DE OLIVEIRA JUNIOR



TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Assinante(s)	
CPF	Nome
084.089.016-80	NATHALIA SANTOS VITORINO
628.489.336-15	TULIO HUMBERTO GUIMARAES DE OLIVEIRA
059.729.176-45	TULIO HUMBERTO GUIMARAES DE OLIVEIRA JUNIOR

Assinante(s)	
CPF	Nome
084.089.016-80	NATHALIA SANTOS VITORINO
628.489.336-15	TULIO HUMBERTO GUIMARAES DE OLIVEIRA
059.729.176-45	TULIO HUMBERTO GUIMARAES DE OLIVEIRA JUNIOR



Documento assinado eletronicamente por Edineia Maria de Souza, Servidor(a) Público(a), em 31/05/2023, às 14:20 conforme horário oficial de Brasília.



Página 1 de 1



Certifico o registro sob o nº 10469573 em 31/05/2023 da Empresa REDE POSTO ED + LTDA, Nire 31212040389 e protocolo 233047450 - 31/05/2023. Autenticação: 6533E4E9FEBFB330DCFF1A9C41414E4A45E753. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/304.745-0 e o código de segurança UtXe Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/05/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

Ofício Resposta a solicitação complementar (111295701)

SEI 2090.01.0003321/2025-23

pág. 8/9



Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte. quarta-feira, 31 de maio de 2023



Certifico o registro sob o nº 10469573 em 31/05/2023 da Empresa REDE POSTO ED + LTDA, Nire 31212040389 e protocolo 233047450 - 31/05/2023. Autenticação: 6533E4E9FEBFB330DCFF1A9C41414E4A45E753. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/304.745-0 e o código de segurança UtXe Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/05/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

Ofício Resposta a solicitação complementar (111295701)

SEI 2090.01.0003321/2025-280

pág. 9/9

CERTIDÃO

CERTIDÃO DE TRANSFERÊNCIA E/OU COMPARTILHAMENTO DE RESPONSABILIDADE DE LICENÇA AMBIENTAL

A Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro - URA TM, no uso de suas atribuições, com suporte no art. 4º, inciso V da Lei Estadual nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, bem como no art. 51, §1º, inciso I do Decreto Estadual nº 47.787, de 13 de dezembro de 2019, atesta a TRANSFERÊNCIA da Licença Ambiental **LAS CADASTRO nº 3654/2022** e das obrigações dela advindas, referente ao empreendimento **REDE POSTO ED + LTDA** (Antiga Razão Comercial: Posto TJ Ltda.) .

A TRANSFERÊNCIA da licença supracitada, envolve, na condição de transmissor ou de receptor, as (PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS ABAIXO/PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS) conforme tabelas abaixo:

Informações do(s) transmissor (es):

Item	Nome/ Razão social	CPF/CNPJ	Denominação da parcela individualizável transferida do empreendimento, quando houver, ou do empreendimento em caso de transferência integral do objeto da licença.
1	REDE POSTO ED + LTDA	40.416.735/0001-15	Transferência integral do objeto da licença empreendimento.

Informações do(s) receptor(s):

Item	Nome/ Razão social	CPF/CNPJ	Denominação da parcela individualizável transferida do empreendimento, quando houver, ou do empreendimento em caso de transferência integral do objeto da licença.
1	REDE ED+ MARTINS LTDA	59.106.901/0001-05	Transferência integral do objeto da licença empreendimento.

O Termo de compartilhamento e/ou transferência de responsabilidade de licença ambiental que instruiu o pedido que resultou na emissão da presente certidão foi apresentado por **Rede ED+ Martins Ltda**, CPF/CNPJ **59.106.901/0001-05** e se encontra disponível para consulta no **Processo SEI 2090.01.0003321/2025-23**.

Este documento assegura ao(s) novo(s) responsável (eis) a isenção das taxas relativas à emissão de 2ª via

de certificado da licença ambiental, tão logo a funcionalidade de alteração de titularidade esteja disponível no Sistema de Licenciamento Ambiental – SLA.

Bruno Neto de Ávila

Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Neto de Ávila, Chefe Regional**, em 16/04/2025, às 12:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **111763262** e o código CRC **314C5E1B**.

Referência: Processo nº 2090.01.0003321/2025-23

SEI nº 111763262

RESOLUÇÃO SEJUSP Nº 515, DE 24 DE ABRIL DE 2025.

Dispõe sobre promoção por escolaridade adicional na carreira concedida ao servidor ocupante do cargo de provimento efetivo do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo inciso III, do §1º, do art. 93, da Constituição Estadual; e pelo art. 34, da Lei nº 24.313 de 28 de abril de 2023 e;

CONSIDERANDO o disposto no art. 11 da Lei nº 14.695, de 30 de julho de 2003, e no art. 3º, § 3º do Decreto 44.769, de 07/04/2008, bem como visando o cumprimento da determinação judicial contida nos autos do Processo Judicial nº 5145909-73.2023.8.13.0024, em que foi julgado procedente o pedido avariado na inicial, condenando o Estado de Minas Gerais a realizar a promoção por escolaridade adicional da parte autora, conforme critérios elencados na referente legislação.

Resolve:

Art. 1º - Conceder a segunda Promoção por Escolaridade Adicional, na carreira do servidor constante no Anexo I desta Resolução, lotado na Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, em cumprimento ao Processo Judicial nº 5145909-73.2023.8.13.0024,

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 24 de abril de 2025.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

ANEXO I

Promoção por escolaridade na carreira de Policial Penal.

MASP	NOME DO SERVIDOR	CARREIRA	DE		PARA		VIGÊNCIA
			NÍVEL	GRAU	NÍVEL	GRAU	
1442598/7	FERNANDO DA SILVA VIANA	PP	II	C	III	B	20/03/2025

25 2068947 - I

TORNA SEM EFEITO O ADITAMENTO

A PORTARIA/SUSEP 13/2018

O Ordenador de Despesas, Carlos Vinícius de Souza Figueiredo, no uso de suas atribuições, considerando o Memorando,SEJUSP/NUREL. nº 20/2025, torna sem efeito, o ato publicado no Diário Oficial de Minas Gerais em 17/12/2022, na página 27, contendo o ADITAMENTO A PORTARIA/SUSEP 13/2018, que determinou a inclusão dos sócios da extinta empresa, GC CANTINA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 71.457.089/0001-68, sendo eles, sócio CLEBER BATISTA ALVES e o Sócio/Administrador GLAIBER BATISTA ALVES, no polo passivo do Processo Administrativo Punitivo nº 012/2019, instaurado pela PORTARIA/SUSEP Nº 13/2018, datada de 10 de julho de 2018 e publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais em 27 de fevereiro de 2019.

Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública,

Belo Horizonte, 25 de abril de 2025.

Carlos Vinícius de Souza Figueiredo

Assessor Orçamentário e Financeiro - DEPEN/MG

25 2068964 - I

RESOLUÇÃO SEJUSP Nº 533, DE 24 DE ABRIL DE 2025

Dispõe sobre a delegação de competência para fins de apuração de frequência do quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo § 1º, inciso III, do art. 93 da Constituição do Estado; a Lei Estadual nº 24.313, de 28 de abril de 2023; o Decreto nº 48.659, de 28 de julho de 2023, e tendo em vista o disposto na Resolução SEPLAG nº 10, de 1º de março de 2004 e no art. 17, da Resolução SEPLAG nº 35, de 31 de março de 2023, RESOLVE:

Art. 1º - Fica delegada à servidora Telma Gomes de Jesus Viana, Masp: 1.223.046- 2, a competência para a prática da apuração da frequência, mediante assinatura das Folhas de Ponto e do Mapa de Frequência, relacionados aos servidores lotados e em exercício na Assessoria de Comunicação da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. Parágrafo único – O Secretário de Justiça e Segurança Pública poderá avocar, a qualquer momento, a competência para a prática dos atos previstos nos incisos deste artigo.

Art. 2º - O ato de delegação se dará por prazo indeterminado, podendo ser revogado a qualquer tempo pela autoridade delegante.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 24 de abril de 2025

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

25 2069176 - I

RESOLUÇÃO SEJUSP Nº 535, DE 25 DE ABRIL DE 2025.

Institui comissão julgadora única para o recebimento e julgamento de propostas em Edital de Seleção Pública voltado à celebração de contratos de gestão com entidades sem fins lucrativos no âmbito da SEJUSP.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de atribuição prevista no inciso III do § 1º do art. 93 da Constituição do Estado e tendo em vista o disposto no art. 59 da Lei Estadual nº 23.081, de 10 de agosto de 2018, no art. 17 do Decreto Estadual nº 47.553, de 7 de dezembro de 2018, e na Lei Estadual nº 24.313, de 28 de abril de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica instituída comissão julgadora única, destinada ao recebimento e julgamento das propostas apresentadas em Edital de Seleção Pública, com a finalidade de selecionar entidades sem fins lucrativos para a celebração de contratos de gestão entre a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e Organizações Sociais (OS), nos termos da Lei Estadual nº 23.081, de 10 de agosto de 2018, e do Decreto Estadual nº 47.553, de 7 de dezembro de 2018.

Art. 2º - A comissão julgadora será composta por:

I – membros titulares:

a) Pedro Henrique Ramos Ribeiro Costa – Superintendência de Humanização do Atendimento – MASP: 1375403-1;

b) Carlos Henrique Souza Araújo – Superintendência de Segurança Prisional – MASP: 1372369-7;

c) Daniela Aguiar Rangel – Departamento Penitenciário – MASP: 1189941-6;

II – suplentes imediatos, na ordem correspondente dos membros titulares:

a) Fausto Higino de Almeida – Superintendência de Humanização do Atendimento – MASP: 1177938-6;

b) Antônio Carlos do Nascimento Junior – Superintendência de Segurança Prisional – MASP: 621280-7;

c) Danusa de Oliveira Ferreira – Departamento Penitenciário – MASP: 1214032-3;

III – suplentes subsequentes, na ordem correspondente dos membros titulares:

a) Maira Marques Maia – Superintendência de Humanização do Atendimento – MASP: 755.246-6;

b) Bruna Estefânia Carvalho da Costa – Superintendência de Segurança Prisional – MASP: 1372278-0;

c) Everson Teixeira Sales – Departamento Penitenciário – MASP: 11330040;

§ 1º - O membro da comissão julgadora deverá se declarar formalmente impedido caso nos últimos cinco anos tenha mantido relação jurídica com entidades sem fins lucrativos participantes do processo de seleção pública, tais como:

I – ser ou ter sido associado, dirigente ou trabalhador de entidade sem fins lucrativos participante do processo de seleção pública;

II – ser cônjuge, companheiro ou parente, até terceiro grau, inclusive por afinidade, dos dirigentes de entidade sem fins lucrativos participante do processo de seleção pública;

III – ter efetuado doações para entidade sem fins lucrativos participante do processo de seleção pública.

§ 2º - O membro que se declarar impedido será substituído por seu suplente, ou, na ausência de indicação de suplência, o dirigente máximo do órgão ou entidade responsável pelo processo de seleção pública designará novo membro.

Art. 3º - Compete à comissão julgadora zelar pelo julgamento objetivo e isonômico dos documentos apresentados pelas entidades sem fins lucrativos proponentes, obedecendo aos critérios previstos em edital, nos termos do Decreto Estadual nº 47.553 de 2018.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 25 de abril de 2025.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

25 2069248 - I

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA

PÚBLICA no uso de suas atribuições, conferidas pelo §1º inciso VI do Art. 93 da Constituição do Estado de Minas Gerais, Decreto nº 48659, de 28/07/2023, e em cumprimento à decisão proferida em sede do Mandado de Segurança nº 5165075-57.2024.8.13.0024, concede afastamento a contratada temporária Gabriela de Sá Ferreira, MaSP nº 1540428-8, para participação do curso de formação do Concurso Público para a carreira de Agente de Segurança Socioeducativo de Minas Gerais, regulamentado pelo Edital nº 01/2022, a partir de 09/07/2024 à 05/08/2024, 07/08/2024 à 14/09/2024, 20/09/2024, 23/09/2024 à 05/10/2024, sem prejuízo da remuneração.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

25 2068898 - I

TORNA SEM EFEITO O ADITAMENTO

A PORTARIA/SUSEP 64/2019

O Ordenador de Despesas, Carlos Vinícius de Souza Figueiredo, no uso de suas atribuições, considerando o Memorando,SEJUSP/NUREL. nº 22/2025, torna sem efeito, o ato publicado no Diário Oficial de Minas Gerais em 24/12/2022, na página 22, contendo o ADITAMENTO A PORTARIA/SUSEP 64/2019, que determinou a inclusão dos sócios da extinta empresa, GC CANTINA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 71.457.089/0001-68, sendo eles, sócio CLEBER BATISTA ALVES e o Sócio/Administrador GLAIBER BATISTA ALVES, no polo passivo do Processo Administrativo Punitivo nº 195/2019, inaugurado pela PORTARIA/SUSEP Nº64/2019, datada de 13 de junho de 2019 e publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais em 11 de julho de 2019.

Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública,

Belo Horizonte, 25 de abril de 2025.

Carlos Vinícius de Souza Figueiredo

Assessor Orçamentário e Financeiro - DEPEN/MG

25 2068966 - I

TORNA SEM EFEITO O ADITAMENTO

A PORTARIA/SUSEP 35/2018

O Ordenador de Despesas, Carlos Vinícius de Souza Figueiredo, no uso de suas atribuições, considerando o Memorando,SEJUSP/NUREL. nº 21/2025, torna sem efeito, o ato publicado no Diário Oficial de Minas Gerais em 22/12/2022, na página 48, contendo o ADITAMENTO A PORTARIA/SUSEP 35/2018, que determinou a inclusão dos sócios da extinta empresa, GC CANTINA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 71.457.089/0001-68, sendo eles, sócio CLEBER BATISTA ALVES e o Sócio/Administrador GLAIBER BATISTA ALVES, no polo passivo do Processo Administrativo Punitivo nº 044/2019, inaugurado pela PORTARIA/SUSEP Nº35/2019, datada de 29 de março de 2019 e publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais em 29 de março de 2019.

Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública,

Belo Horizonte, 25 de abril de 2025.

Carlos Vinícius de Souza Figueiredo

Assessor Orçamentário e Financeiro - DEPEN/MG

25 2068965 - I

RETIFICAÇÃO ATO Nº 405/2025 RETIFICA NO ATO DE

CONCESSÃO DE FÉRIAS PRÊMIO, ao(s) servidor(es): MASP 1318262-1, MARCELO MARIA BONTEMPO, PP, II/C, por motivo cumprimento de decisão Judicial, no Ato 0388/2022, publicado em 30/06/2022;

Onde se lê: referente ao 1º quinquênio de exercício, a contar de 26/03/2022,

Leia-se: referente ao 1º quinquênio de exercício, a contar de 07/11/2017, computado o período de Contrato Administrativo de 09/11/2012 a 27/03/2017, nesta Secretaria, em cumprimento ao Processo Judicial nº 5000828-27.2023.8.13.0143.

MASP 1134070-0, ANDRE LUIS ANDRADE MARIANO, PP, II/D, por motivo cumprimento de decisão Judicial, no Ato 138/2020, publicado em 25/03/2020;

Onde se lê: referente ao 1º quinquênio de exercício, a contar de 13/11/2019,

Leia-se: referente ao 1º quinquênio de exercício, a contar de 14/11/2014 data exercício no cargo efetivo, computado o período de Contrato Administrativo de 13/09/2009 a 12/11/2014, nesta Secretaria, em cumprimento ao Processo Judicial nº 5004529-92.2023.8.13.0693.

MASP 1134070-0, ANDRE LUIS ANDRADE MARIANO, PP, II/D, por motivo cumprimento de decisão Judicial, no Ato 1236/2024, publicado em 31/12/2024;

Onde se lê: referente ao 2º quinquênio de exercício, a contar de 11/11/2024,

Leia-se: referente ao 2º quinquênio de exercício, a contar de 11/09/2019, computado o período de Contrato Administrativo de 13/09/2009 a 12/11/2014, nesta Secretaria, em cumprimento ao Processo Judicial nº 5004529-92.2023.8.13.0693.

MASP 1186103-6, FERNANDO CAMURRA, PP, I/D, por motivo cumprimento de decisão Judicial, no Ato 450/2021, publicado em 30/07/2022;

Onde se lê: referente ao 1º quinquênio de exercício, a contar de 26/04/2022,

Leia-se: referente ao 1º quinquênio de exercício, a contar de 27/04/2017 data exercício no cargo efetivo, computado o período de Contrato Administrativo de 13/12/2009 a 26/04/2017, nesta Secretaria, em cumprimento ao Processo Judicial nº 5011816-06.2022.8.13.0479.

MASP 1128551-7, RENATO ESTEVES HONORATO, PP, IV/A, por motivo cumprimento de decisão Judicial, no Ato 138/2020, publicado em 25/03/2020;

Onde se lê: referente ao 1º quinquênio de exercício, a contar de 09/11/2019,

Leia-se: referente ao 1º quinquênio de exercício, a contar de 29/01/2015, computado o período de Contrato Administrativo de 25/01/2010 a 03/11/2014, nesta Secretaria, em cumprimento ao Processo Judicial nº 5006285-93.2023.8.13.0481.

MASP 1128551-7, RENATO ESTEVES HONORATO, PP, IV/A, por motivo cumprimento de decisão Judicial, no Ato 1236/2024, publicado em 31/12/2024;

Onde se lê: referente ao 2º quinquênio de exercício, a contar de 07/11/2024,

Leia-se: referente ao 2º quinquênio de exercício, a contar de 28/01/2020, computado o período de Contrato Administrativo de 25/01/2010 a 03/11/2014, nesta Secretaria, em cumprimento ao Processo Judicial nº 5006285-93.2023.8.13.0481.

Ana Louise de Freitas Pereira

Superintendente de Recursos Humanos

Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

25 2069324 - I

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso de suas atribuições, conferidas pelo §1º inciso VI do Art. 93 da Constituição do Estado de Minas Gerais, Decreto nº 48659, de 28/07/2023, e em cumprimento à decisão proferida em sede do Mandado de Segurança nº 5295943-26.2024.8.13.0024, concede afastamento ao contratado temporário MAXSUEL AUGUSTO DE MELO CARNEIRO, MaSP nº 1538452-2, para participação do curso de formação do Concurso Público para o cargo da Guarda Municipal de Itabirito/MG, a partir de 21/11/2024 até o término do citado curso, sem remuneração.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

25 2068897 - I

FÉRIAS-PRÊMIO CONCESSÃO ATO Nº 404/2025

CONCEDE TRÊS MESES DE FÉRIAS-PRÊMIO, nos termos do § 4º do art. 31, da CE/1989, ao(s) servidor(es):

MASP 1318262-1, MARCELO MARIA BONTEMPO, PP, II/C, referente ao 2º quinquênio de exercício, a contar de 06/11/2022, computado o período de Contrato Administrativo de 09/11/2012 a 27/03/2017, nesta Secretaria, em cumprimento ao Processo Judicial nº 5000828-27.2023.8.13.0143.

MASP 1107211-3, EVERALDO SOARES LUCIANO, PP, I/A, referente ao 1º quinquênio de exercício, a contar de 19/12/2023, computado o período de Contrato Administrativo de 17/12/2009 a 25/06/2013, nesta Secretaria, em cumprimento ao Processo Judicial nº 5004904-37.2023.8.13.0647.

MASP 1134070-0, ANDRE LUIS ANDRADE MARIANO, PP, II/D, referente ao 3º quinquênio de exercício, a contar de 09/09/2024, computado o período de Contrato Administrativo de 13/09/2009 a 12/11/2014, nesta Secretaria, em cumprimento ao Processo Judicial nº 5004529-92.2023.8.13.0693.

MASP 1186103-6, FERNANDO CAMURRA, PP, I/D, referente ao 2º quinquênio de exercício, a contar de 13/12/2019, computado o período de Contrato Administrativo de 13/12/2009 a 26/04/2017, nesta Secretaria, em cumprimento ao Processo Judicial nº 5011816-06.2022.8.13.0479.

MASP 1186103-6, FERNANDO CAMURRA, PP, I/D, referente ao 3º quinquênio de exercício, a contar de 11/12/2024, computado o período de Contrato Administrativo de 13/12/2009 a 26/04/2017, nesta Secretaria, em cumprimento ao Processo Judicial nº 5011816-06.2022.8.13.0479.

MASP 1128551-7, RENATO ESTEVES HONORATO, PP, IV/A, referente ao 3º quinquênio de exercício, a contar de 26/01/2025, computado o período de Contrato Administrativo de 25/01/2010 a 03/11/2014, nesta Secretaria, em cumprimento ao Processo Judicial nº 5006285-93.2023.8.13.0481.

Ana Louise de Freitas Pereira

Superintendente de Recursos Humanos

Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

25 2069319 - I

ATO Nº 370/2025 AFASTAMENTO PRELIMINAR À

APOSENTADORIA

REGISTRA AFASTAMENTO PRELIMINAR À APOSENTADORIA nos termos do Art 147,§2º,Inciso I,§3º,Inciso I e § 5º do ADCT,acrescentado pela EC 104 de 2020 dos servidores:

MaSP: 902.523-0 VANDER POLICARPO MOREIRA, a contar de 31/03/2025, referente ao cargo de AEDS V/J.

REGISTRA AFASTAMENTO PRELIMINAR À APOSENTADORIA, nos termos do Art.148, §§1º e 4º do ADCT, acrescentado EC Nº104 de 2020, c/c LC Nº51, de 1985, dos servidores:

MaSP: 1.102.846-1 ANA LUCIA NERY GONCALVES, a contar de 08/04/2025, referente ao cargo de PP IV/B.

REGISTRA AFASTAMENTO PRELIMINAR À APOSENTADORIA nos termos do Art.150 do ADCT, EC 104 2020, c/c LCF 142 de 2013 MaSP: 1.214.129-7 MARCIO LIMA FREITAS, a contar de 01/04/2025, referente ao cargo de ASED5 III/B.

Ana Louise de Freitas Pereira

Superintendente de Recursos Humanos

25 2069171 - I

RESOLUÇÃO SEJUSP Nº 534, DE 16 DE ABRIL DE 2025

Dispõe sobre a delegação de competência no sistema de Ponto Digital para fins de apuração de frequência do quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo § 1º, inciso III, do art. 93 da Constituição do Estado; a Lei Estadual nº 24.313, de 28 de abril de 2023; o Decreto Estadual nº 48.659/2023, Decreto nº 48348, de 10 de janeiro de 2022 e no art. 17, da Resolução SEPLAG nº 35, de 31 de março de 2023, RESOLVE:Art. 1º - Para fins de apuração de frequência no sistema Ponto Digital, a "Diretoria de Atenção à Saúde do Servidor", conforme estabelecido no Decreto Estadual nº 48.659/2023, delega competência a servidora Sílvia Tomaz de Oliveira - MASP 1484903-8 para realizar a apuração de frequência dos servidores desta unidade.

Parágrafo único – O Secretário de Justiça e Segurança Pública poderá avocar, a qualquer momento, a competência para a prática dos atos previstos nos incisos deste artigo.

Art. 2º - O ato de delegação se dará por prazo indeterminado, podendo ser revogado a qualquer tempo pela autoridade delegante.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

25 2069193 - I

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Secretária: Marília Carvalho de Melo

Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam

O Diretor de Gestão Regional torna pública a SUSPENSÃO DOS EFEITOS DA LICENÇA AMBIENTAL, a partir do dia 26/12/2022, do empreendimento abaixo identificado:

1) Licença de Instalação em Caráter Corretivo concomitante com a Licença de Operação (LIC+LO): *Departamento Nacional de Infraestrutura em Transportes - DNIT - Trecho de ligação da BR 040 Km 98,60 - interseção com a Rua Jose Lourenço Kelmer - Implantação ou duplicação de rodovias e Retificação de curso d'água - Juiz de Fora/ MG, PA Nº 01190/2009/002/2016, Classe 5. Motivo: Impossibilidade orçamentária.

(a) Fernando Baliani da Silva.

Diretor de Gestão Regional.

25 2069047 - I

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Triângulo Mineiro, torna público que foi DEFERIDO o requerimento de Transferência de responsabilidade administrativa da licença ambiental abaixo identificada: 1) Licenciamento Ambiental Simplificado na modalidade LAS CADASTRO: *Rede Posto Ed + Ltda. – para a atividade: Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação – Uberlândia/MG - PA nº 3654/2022, Classe 2, Validade: 07/10/2032, do responsável Rede Posto Ed + Ltda., CPF/CNPJ nº 40.416.735/0001-15, para o novo do titular Rede Ed+ Martins Ltda., CPF/CNPJ nº 59.664.174/0001-00.

(a)Bruno Neto de Ávila.

Chefe da Unidade Regional de Regularização

Ambiental Triângulo Mineiro

25 2068919 - I

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental da Zona da Mata, torna público o cancelamento da Licença Ambiental abaixo identificada:

- LAS CADASTRO: 1) Laticínio Carmanini Ltda EPP, Fabricação de produtos de laticínios, exceto envase de leite fluido, Guiricema/ MG, Protocolo nº 62475335/2019, Classe 2. Motivo: omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiariam a expedição da licença.

(a) Dorgival da Silva.

Chefe Unidade Regional de Regularização

Ambiental da Zona da Mata.

25 2069088 - I

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Leste de Minas torna público que o requerente abaixo identificado solicitou Licença Ambiental. Informa que foi apresentado EIA/RIMA, e que os estudos ambientais encontram-se à disposição dos interessados no site http: /sistemas.meioambiente.mg.gov.br /licenciamento/site / consultaaudiencia. Comunica que os interessados na realização de Audiência Pública deverão formalizar o requerimento, conforme Deliberação Normativa Copam nº 225/2018, no site http://sistemas.meioambiente.mg.gov.br/licenciamento/site/consulta-audiencia, dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da data desta publicação.

(a) Lirriet de